

RISCO, BIOPOLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE: TECNOLOGIAS DE CONTROLE SOCIAL¹

Fernanda Martinhago²

Oriol Romaní³

Resumo: O presente estudo tem como finalidade compreender como a concepção de risco tornou-se uma estratégia biopolítica que compõem as tecnologias de governo para a gestão do controle social nas sociedades contemporâneas. O caminho delineado para desenvolver o estudo seguiu, principalmente, a teorização foucaultiana, cujos conteúdos estão relacionados com a concepção de risco, biopolítica e governamentalidade. Consideramos que o objetivo da perspectiva que privilegia o sujeito como um ser cerebralizado é construir subjetividades de modo que seja possível governar pela lógica do risco e da segurança, ou seja, controlar a população por meio de estratégias biopolíticas que atendem as demandas do mercado. Portanto, esta perspectiva promove um estado de incerteza, de instabilidade, de liquidez dos valores e das crenças, facilitando a gestão da população por meio das tecnologias de controle social, as quais fomentam o desejo do consumo por meio da despotencialização do sujeito.

Palavras-chave: Risco. Biopolítica. Governamentalidade. Controle Social.

1. INTRODUÇÃO

A ciência do risco é fundamentada em cálculos de probabilidades, considerado como um acontecimento previsível, por meio de estimativas das probabilidades, bem como do custo dos danos que poderia causar (SPINK, 2001; CAPONI, 2007, 2012; MITJAVILA, 2002; ROMANÍ E SEPÚLVEDA GALEAS, 2013; CASTEL, 2011). Mitjavila (2015) esclarece que “os riscos não existem como ameaças concretas, reais; ao contrário, são fabricados por um tipo de conhecimento que é sempre o resultado de cálculos estatísticos e

1 Agradecimentos: o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

2 Pós-doutoranda da Université Paris 8 Vincennes Saint Denis (França) e Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista CAPES-COFECUB. Psicóloga e Pesquisadora. E-mail: martinhagofernanda@gmail.com

3 Catedrático Emérito de Antropologia Social no Departamento de Antropologia, Filosofia e Assistência Social da Universitat Rovira i Virgili. Medical Anthropology Research Center (MARC-URV). E-mail: orioromani@gmail.com

impessoais que visam identificar a probabilidade de ocorrência de eventos indesejáveis”. Para Douglas (1996), na ciência, as probabilidades são avaliações da confiabilidade das expectativas em relação aos acontecimentos. Para tomar uma decisão é muito diferente se dentre as alternativas é possível escolher entre a certeza e a dúvida ou uma probabilidade alta e outra baixa. É justamente a variação da probabilidade que constitui o elemento do risco. A análise do risco, na maioria das situações, está “relacionada a tentativas de converter incertezas em probabilidades” (DOUGLAS, 1996, p.74).

Nesta direção, questiona-se como os saberes científicos do campo da saúde, fundamentam sua lógica na concepção de risco, cujo embasamento está em estimativas das probabilidades, ou seja, incertezas. Como o risco passou a ser uma estratégia biopolítica para promover a gestão do controle social da população?

Deste modo, esse estudo tem como finalidade compreender como a concepção de risco tornou-se uma estratégia biopolítica que compõem as concepções de governo para a gestão do controle social nas sociedades contemporâneas.

O estudo foi embasado principalmente na teorização foucaultiana, cujos conteúdos estão relacionados com a concepção de risco, biopolítica e governamentalidade, uma vez que as teorias propostas por Foucault e suas respectivas metodologias se constituem mais como ferramentas do que máquinas acabadas (VEIGA-NETO, 2009).

Foucault não considerava que o método é um caminho seguro, em função de que nada é previsível, nada é seguro, nem o ponto de saída, nem o percurso, nem o ponto de chegada. Como dizia o poeta: o caminho é construído no próprio ato de caminhar, portanto, não há um solo externo por onde se possa caminhar, mas um percurso que vai se delineando na trajetória da pesquisa. Para Veiga-Neto (2009) Foucault jamais partiu de uma “teoria-figurino” que pudesse ser utilizada como “medida-padrão-modelo-gabarito” no desenho de um método para identificar o quanto, o porquê, o como, cada um se afastou de um suposto modelo.

Assim, este estudo vai sendo construído na medida em que as contribuições dos autores fundamentam e expressam como ocorrem as transformações das realidades no decorrer do percurso histórico.

2. BIOPOLÍTICA NA PERSPECTIVA DE MICHEL FOUCAULT

O conceito de biopolítica foi proferido pela primeira vez em uma conferência de Foucault, em 1974, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro,

cujo texto foi publicado no ano de 1977 com o título “O nascimento da medicina social” (CAPONI, 2012). Nessa conferência, Foucault (2000) anuncia que a sociedade controla os indivíduos não apenas por meio da consciência ou da ideologia, mas começa pelo corpo. O investimento da sociedade capitalista é direcionado para o biológico, o somático, o corporal. Neste sentido, “o corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica” (FOUCAULT, 2000: p. 80).

Para compreender o contexto em que o risco se configura como uma estratégia biopolítica, fundamenta-se nas obras de Foucault com o propósito de apresentar o cenário em que emerge a biopolítica na era do biopoder. Foucault (2008c) afirma que é a partir da população que algo como a biopolítica pode se formar. O autor entendia por biopolítica “a maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população” (FOUCAULT, 2008c: p. 431). Estes fenômenos, que se refere Foucault, são a saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças, pois são problemas que aumentaram no século XIX e tornaram-se desafios políticos e econômicos que se vêm constituindo até a contemporaneidade.

Segundo Foucault (2013), o poder sobre a vida começa por dois polos que se desenvolvem, de certo modo, simultaneamente, interligados por uma teia de relações: a disciplina e a biopolítica. Primeiramente, no século XVII, inicia a disciplina, a qual está voltada para transformar o corpo em uma máquina, por meio do adiestramento, da extração das forças, do aumento paralelo da utilidade e docilidade, vinculando-o ao sistema econômico. Estes procedimentos de poder que constituem a disciplina são considerados pelo autor como a “anátomo-política do corpo humano”. Já a biopolítica inicia em torno da metade do século XVIII centrada no corpo-espécie, ou seja, no corpo enquanto ser vivo e como base dos processos biológicos. Os processos da vida e suas alterações, como a proliferação, os nascimentos, a mortalidade, a longevidade, estão sujeitos a intervenções e controles reguladores, o que Foucault (2013) denominou de “bio-política da população”. O poder passa a investir sobre a vida, por meio da implantação de tecnologia “anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida” (FOUCAULT, 2013, p.152).

Desta mudança do poder soberano representada fortemente pela decisão de vida ou morte para a gestão da vida, através da administração dos corpos, advém o desenvolvimento das disciplinas, escolas, colégios e também, no âmbito político e econômico, o aparecimento dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração. O surgimento desses problemas é o que justifica a criação de técnicas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações. Começa então o que Foucault (2013) designou como a “era do bio-poder”.

O biopoder contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo, uma vez que as técnicas de poder exerceram o controle dos corpos em prol da produção, assim como a regulação dos fenômenos populacionais foi vinculada aos processos econômicos. Para o crescimento do capitalismo foi necessário o desenvolvimento dos aparelhos de Estado como instituições de poder, garantindo assim a manutenção das relações de produção. As técnicas de poder - disciplina e biopolítica - foram incorporadas em todos os níveis do corpo social, presentes em diversas instituições como: a família, a escola, a polícia, o exército, a medicina individual e coletiva. Elas atuaram nas ações e sustentação dos processos econômicos, bem como nos fatores de segregação e de hierarquização social, o que garantiu as relações de dominação e a hegemonia. O exercício do biopoder possibilitou “o ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro” (FOUCAULT, 2013, p. 154). O desenvolvimento do biopoder promoveu a propagação das tecnologias políticas - que investem sobre o corpo, a saúde, as condições de vida -, e a crescente atuação da norma amparada pelo sistema jurídico da lei. Como ressalta Foucault (2013, p.157): “Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida”. Assim como a disciplina e a biopolítica se consolidaram configurando a era do biopoder, o risco também já estava presente nesta época, conforme registros deste contexto histórico.

3. O CONCEITO DE RISCO NO CONTEXTO HISTÓRICO

Segundo Spink (2001), a palavra risco surge para mencionar um futuro evento, em um momento histórico que se pensava ser possível controlar o que estava por vir. A linguística da palavra risco, como cálculo do futuro, surge no século XVI e contribui para o desenvolvimento da teoria dos cálculos de probabilidade que inicia no século XVII. O conceito de risco também envolve a estatística e o seu uso como ciência de estado. A autora salienta que estatística provém de status, o que no latim significa estado ou condição.

No século XIX, ocorre a primeira fase da gestão do risco no campo da ciência sanitária (SPINK, 2001). Foi neste período que o discurso do risco se caracterizou como potencial para promover um evento daninho e perigoso no campo da saúde pública (CAPONI, 2007, 2012). Mas a formalização do conceito e o aprimoramento das técnicas do risco acontecem no século XX, e somente na segunda metade deste século concretiza-se a gestão do risco como um campo de saber, o qual articula o cálculo de probabilidades e a função

política da estatística, gerando assim os modelos de análises de risco (SPINK, 2001).

Mitjavila (2002) afirma que nas duas últimas décadas do século XX, as ciências sociais apontaram que os perigos e as ameaças à vida social na sociedade contemporânea possuem novas formas de codificação, as quais estão baseadas em discursos e práticas técnico-políticas constituídas em função de um novo conceito de risco. De acordo com Castel (2011), os novos riscos são imprevisíveis, não seguem os cálculos de uma lógica probabilística e ocasionam consequências irreversíveis que são incalculáveis. Esta condição faz com que a melhor prevenção, na maioria das situações, seja antecipar o pior e adotar medidas para evitar que isto ocorra, ainda que seja de modo aleatório. Para Mitjavila e Vecinday (2011, p.80), o risco é considerado como “uma construção mental, uma abstração de um observador, é um modelo relacional de variáveis”. O enfoque do risco para as autoras é constituído com base na tecnificação da ideia de risco, que se caracteriza deste modo quando representa as probabilidades de um indivíduo experimentar danos (físicos, mentais ou morais) no futuro.

Salienta-se o que menciona Galimberti (1999) sobre a técnica, concebida como universo dos meios, ou seja, as tecnologias que em seu conjunto formam o aparato técnico e a racionalidade que norteia a sua aplicação em termos de funcionalidade e eficiência. Segundo o autor, a técnica não é neutra, ela proporciona os meios que os homens podem utilizar para o bem ou para o mal. Vivemos em um mundo tecnicamente organizado, onde somos articulados pela técnica para expressar nossos sentimentos e nosso comportamento.

O risco na contemporaneidade configura-se enquanto uma tecnologia de poder que a ciência introduz sorrateiramente na cultura, ao passo que torna possível conduzir o ser humano a comportamentos que atendem a interesses econômicos e de gestão da população. Entretanto, este processo é obscuro, na medida que “o discurso do risco assume um papel despolitizador fundamental, ao desconhecer o peso que as estruturas e processos socioeconômicos adquirem na definição do campo do que é possível para cada indivíduo” (MITJAVILA; VECINDAY, 2011, p.88).

As sociedades de classe são consideradas por Beck (2011) como sociedades que, para além das disputas de classe, almejam a satisfação das necessidades materiais, posto que é evidente o contraponto entre fome e fartura, poder e impotência. A pobreza não exige medida para que comprove sua existência: “Sua imediatez e obviedade correspondem à evidência material da riqueza e do poder. As certezas das sociedades de classe são, neste sentido, a certeza da cultura da visibilidade [...]” (BECK, 2011, p.54).

Romaní (2013a) corrobora com autores como Mary Douglas (1996); Douglas e Wildawsky (2012) e Robert Castel (1984), os quais afirmam que é a partir dos critérios culturais, morais e políticos que a construção social do risco

ocorre em todas as sociedades. Em muitas sociedades tradicionais, isso é algo reconhecido explicitamente e é a partir de determinadas manipulações ideológicas e simbólicas que se tenta desviar as consequências ruins dos riscos correspondentes. Porém, as sociedades modernas e contemporâneas tentam encobrir essa manipulação simbólica de gestão dos riscos com discursos especializados, que se dizem provenientes das análises científicas e objetivas da realidade e não de posições ideológicas.

Na sociedade do risco, as evidências do tangível perdem suas forças: “O visível incorre nas sombras de ameaças invisíveis. Aquilo que escapa à percepção já não coincide com o irreal, podendo chegar mesmo a possuir um grau elevado de concretude em termos de ameaça.” (BECK, 2011, p. 54). O invisível não poderia superar o visível, porém, na disputa entre a riqueza perceptível e os riscos imperceptíveis, estes se sobrepõem justamente pela carência do palpável e encontram no âmbito cultural e político um solo fértil para que os riscos e ameaças “floresçam, cresçam e frutifiquem”. Desta forma, é com o progresso da sociedade de risco que consequentemente se desenvolvem as oposições entre aqueles que são afetados pelos riscos e aqueles que lucram com eles (BECK, 2011).

Castel (2011) relata que, quando Giddens fala da “cultura do risco”, significa que estamos cada vez mais sensíveis às ameaças geradas pelo mundo moderno, produzidas pelo próprio indivíduo por meio do uso descontrolado das ciências e das tecnologias, além de uma instrumentalização do desenvolvimento econômico com a tendência de transformar o mundo em uma mercadoria. É impossível a sociedade pretender erradicar todos os perigos que estão por vir. Mesmo quando os riscos mais urgentes estão neutralizados, o cursor de previsão dos riscos se move fazendo surgirem novos perigos, de modo que promove uma demanda irreal de segurança. Deste modo, a “cultura do risco” produz o perigo (CASTEL, 2011).

Conforme Mitjavila (2002, p. 133), a ideia de risco se transformou em um “instrumento aberto à construção de múltiplos significados sociais”. O risco é uma construção sócio-histórica que emerge do campo da probabilidade. Deste modo, está imbuído de certo nível de invisibilidade, direcionado para o futuro e com base em interpretações causais. Portanto, a princípio, os riscos existem somente no conhecimento científico.

A concepção de risco engloba duas classes de racionalidades simultaneamente - do risco como probabilidade e do risco como perigo -, sendo este uma ameaça real e aquele uma construção mental. Mitjavila (2002: p. 138) argumenta que: “Ora, tanto se o risco é definido como perigo quanto se é definido como probabilidade, o indivíduo converte-se num alvo privilegiado das novas tecnologias de gestão da vida social”. Douglas e Wildavsky (2012) salientam que para as pessoas não é possível estar ciente da maioria dos perigos o tempo todo. Então, como decidir quais riscos correr e quais riscos ignorar?

Como é possível classificar os riscos para podermos escolher quais devemos prevenir e quais são secundários?

Segundo Spink (2001), o campo da gestão do risco engloba três áreas específicas: a) o cálculo do risco – identifica os efeitos potenciais relativos ao fenómeno, a estimativa de sua probabilidade e a dimensão de seus efeitos; b) a percepção do risco – estuda a relação do público e os riscos tecnológicos, observando a aceitação de determinadas tecnologias (por exemplo, a genética), e trabalha também a perspectiva do controle preventivo do risco; c) a gestão dos riscos – é formada por estratégias que estão integradas, compostas pelos seguros, as leis de responsabilização por danos, a intervenção governamental direta, a autorregulação e a comunicação sobre os riscos.

Spink (2001) considera que a gestão dos riscos é um fenómeno da modernidade tardia (ou sociedade de risco), sendo uma forma de governar populações. Isso representa uma mudança na esfera da governamentalidade e, nesta perspectiva, ressalta que alguns autores mencionam como a transição do fim da sociedade disciplinar (modernidade clássica) para o início da sociedade do risco. A autora nota que é uma passagem do foco da gestão da vida para a gestão do risco.

Menendez (2008) afirma que a representação social transmitida para a sociedade é de que a vida está em risco. A ideia disseminada é de que existe uma crise permanente que afeta a vida das pessoas em suas atividades cotidianas. Ele cita como exemplos: o risco de assaltos ao caminhar pela rua, o risco de acidentes ao dirigir um carro, o risco de contrair uma doença ou de gravidez indesejada no caso de relações sexuais sem a “devida proteção”, o risco de sofrer violência doméstica para as mulheres, o risco de perder o trabalho, o risco de um ataque terrorista, entre outros. As informações referentes aos perigos e a insegurança tem como finalidade atender os interesses econômicos, políticos e ideológicos de diversos setores. O autor destaca a indústria farmacêutica, para qual é conveniente uma situação permanente de doença como catástrofe ou pelo menos como ameaça constante, de modo que favoreça a venda de medicamentos. Salienta também, como a proibição ao uso de drogas, que promove o tráfico destas substâncias, é determinado por concepções biomédicas que fundamentam tal proibição aplicada pelo Estado. Assim, torna-se possível a produção da “indústria” da adição a drogas, da insegurança e da morte.

4. A ERA DA GOVERNAMENTALIDADE

Durante a década de 1970, Foucault avançava em suas investigações buscando compreender como na Modernidade se formou a concepção de sujeito e como nos tornamos sujeitos modernos. Assim, ele percebeu que o

poder disciplinar era um conceito-ferramenta insuficiente para abarcar a riqueza, a diversidade de situações e os processos de subjetivação instaurados nas sociedades ocidentais contemporâneas. Foucault então expandiu o escopo de suas análises e passou a mencionar o poder normalizador, o biopoder e o governo (VEIGA-NETO, 2015). Para Foucault (2008a, p.143), governamentalidade significa:

O conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer esta forma bem específica e embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por principal instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança.

Sepúlveda Galeas (2010) observa que, atualmente, na “era da governamentalidade”, as questões do risco compõem um campo de saber/poder em que as tecnologias de governo articulam seus respectivos dispositivos de controle e regulação social. Romaní (2013b) afirma que, enquanto o controle social, considerado como um conjunto de pressões usado pela sociedade para orientar a conduta das pessoas e garantir a reprodução social, de certo modo, pode-se dizer que se caracteriza como a própria história da humanidade: entretanto, na modernidade, o controle social passa a ser considerado como um conjunto de controles especializados e explícitos. Há duas formas de controles sociais: os controles sociais informais, caracterizados pelas relações sociais cotidianas da vida em todas as sociedades, de onde surgem os processos de socialização primária e de cultura permanente, os quais produzem modos de subjetivação dos indivíduos; e os controles sociais formais, que são especializados, produzidos por profissionais que atuam em instituições do Estado. Embora este tipo de controle social já exista desde antes da sociedade moderna, tornou-se um marco na contemporaneidade, tendo como destaque a sua justificativa ideológica embasada na sua racionalidade burocrática para prevenir situações futuras, assim como a criação de realidades como, por exemplo, a de Bem Estar.

Segundo Romaní (2013b), a concepção de governamentalidade de Foucault inclui a utilização de técnicas sociopolíticas, direcionadas para construir subjetividades conforme a flexibilidade do mercado, demarcada desde a cultura consumista à presença cada vez mais ampla de técnicas “psi” e da indústria da auto-ajuda, passando pelo lazer, o espetáculo e a comunicação, que por sua vez tendem cada vez mais a confundir-se.

O processo de mundialização neoliberal, que iniciou nas últimas décadas do século XX, foi pouco a pouco repassando seus controles políticos e poderes, os quais foram gradativamente assumidos pelas redes financeiras

transnacionais. Estes, portanto, necessitam de novas formas de controle social, de modo que a população os veja da melhor maneira possível, apesar das limitações que impõem aos direitos sociais adquiridos depois de muitos anos de lutas sociais. De acordo com as correntes pós-modernistas, esta forma dominante de controle social, vai desdobrando-se em paralelo ao desenvolvimento da mundialização neoliberal, a qual em alguns momentos passa por crises, principalmente quando há o empobrecimento da população, as impossibilitando-as de consumir. Desta forma, aderem aos dispositivos de segurança mais tradicionais das sociedades capitalistas em forma de repressão contra os movimentos populares (ROMANÍ, 2013b). Foucault (2008b: p. 30) considera que:

[...] a análise da biopolítica poderá ser feita quando se compreender o regime geral dessa razão governamental de que lhes falo, esse regime geral que podemos chamar de questão de verdade - antes de mais nada da verdade econômica no interior da razão governamental -, e, por conseguinte, se se compreender bem o que está em causa nesse regime que é o liberalismo, o qual se opõe à razão de Estado, ou antes, [a] modifica fundamentalmente sem talvez questionar seus fundamentos.

A forma de governo é estabelecida pela lógica do risco e da segurança. É um modo de organizar o sistema de gestão e de administração das populações característico de como os estados liberais governam, isto é, por meio da antecipação dos riscos e dos medos, tendo os sujeitos e as mercadorias como eixo central (CAPONI, 2014).

Vale lembrar que o verbo “governar” era utilizado no sentido de conduzir alguma coisa - um animal ou alguém por algum caminho - e é derivado do verbo grego “kubernan”, pela forma latina “gubernare”. O significado de “governar” diversificou-se até “denotar a ação de um chefe (governador) que exerce sua autoridade sobre os outros (governados), ou ação de mando, dominação ou administração de uns sobre outros [...]” (VEIGA-NETO, 2015: p. 51).

Assim, pode-se pensar diversas maneiras, entre elas a educação, em que “o poder não é aplicado aos indivíduos, mas passa por eles”, conforme mencionou Foucault (2002: p. 35). A educação é compreendida por Veiga-Neto (2015) como um conjunto de ações em que uns conduzem os outros, ou seja, uma forma de governar. Neste contexto, o autor (2015: p. 55) ressalta que “governar a infância significa educar as crianças, moldando-lhes a alma que é, ao mesmo tempo, efeito e instrumento de uma anatomopolítica dos e sobre os corpos infantis”. O objetivo de governar a infância é conduzi-la para determinados “lugares” em uma cultura, para determinadas posições em uma sociedade e

para determinados modos de vida daqueles que já estavam aí. Neste sentido, a questão é não apenas saber como estão ocorrendo estes modos de governar a infância, mas para que caminho as crianças estão sendo conduzidas, ou seja, qual sociedade teremos no futuro? (VEIGA-NETO, 2015).

Segundo Carvalho (2015), o governo da infância ocorre por meio das classificações das etapas desta fase da vida, em processos, em condições determinadas, proposições de limites para seu início e fim, conjunto de médias igualitárias e, conseqüentemente, hierárquicas, que determinam as crianças saudáveis, doentes, delinquentes, exemplares, crianças boas e más que serão futuros cidadãos, normais ou anormais. As estratégias de governo incluem a infância preconizando que é preciso defendê-la, tratá-la, socializá-la, medicalizá-la, lançá-la nas estatísticas de governo, fazê-la existir.

A infância está sempre presente no adulto, cujas lembranças estão relacionadas às experiências infantis, pois é nela que se busca a origem dos desvios. Desta forma, a conjuntura que abarca a infância se consolida nas artes de governo, as quais conduzem os indivíduos e as populações. Carvalho (2015) acrescenta que o governo da infância não é considerado nem ruim nem bom; ele se caracteriza como uma estratégia de finalização, ou seja, a própria constituição da infância. Algumas estratégias são em prol da criança para garantir as condições essenciais à existência da infância, como ações que visam erradicar doenças infantis, a redução da taxa de mortalidade, a proteção da integridade física, emocional e intelectual, campanhas contra o trabalho infantil, entre outras.

As estratégias de governo foram estabelecidas sob a justificativa de proteger a sociedade de tudo que era considerado uma espécie de desvio da norma, tendo assim a finalidade de garantir o equilíbrio social pela eficácia da normalidade. Governar o sujeito ultrapassou os limites do campo jurídico, sendo possível ordená-lo, classificá-lo, distribuí-lo, utilizá-lo e produzi-lo, por meio de forças associativas e excludentes, de acordo com a finalidade proposta (CARVALHO, 2015).

No âmbito da saúde, face à diversidade de contingências que podem ter relação com a determinação causal e a manifestação da doença e, mesmo que todas as medidas preventivas cabíveis sejam providenciadas, a prevenção dos riscos para a saúde não garante os resultados de proteção em função dessas medidas. Isto não significa que todo o conhecimento a respeito do risco em saúde seja depreciado. Sem dúvida, há um conjunto de práticas efetivas que são significativas para a prevenção de doenças. Trata-se aqui dos possíveis efeitos exacerbados em sua utilização indiscriminada, bem como seus vínculos com aspectos socioculturais indesejáveis que dizem respeito ao individualismo e ao controle da população (CASTEL, 2007). Conforme nos lembra Rabinow (1999: p.145):

A prevenção moderna é antes de tudo o mapeamento de riscos. O risco não é o resultado de perigos específicos colocados pela presença imediata de uma pessoa ou um grupo de pessoas, mas sim a fusão de “fatores” impessoais que tornam um risco provável. Assim, a prevenção é a vigilância, não do indivíduo, mas sim de prováveis ocorrências de doenças, anomalias, comportamentos desviantes a serem minimizados, e de comportamentos saudáveis a serem maximizados.

Para Czeresnia (2004), na perspectiva de Foucault, as estratégias de prevenção de doenças são entendidas como um modo de exercer a função disciplinar de controle e regulação. O comportamento dos sujeitos ou grupos sociais são moldados de acordo com as alterações no conceito de risco. Desta forma, eles são coagidos a fazer escolhas saudáveis de acordo com os cálculos de risco. Assim, o risco é considerado como tecnologia moral na sociedade contemporânea, em que os sujeitos são manipulados para estarem em conformidade aos objetivos do Estado Neoliberal.

O risco funciona como uma estratégia para influenciar a percepção e assim implantar a dúvida e o medo em relação à possibilidade de ocorrência de eventos indesejáveis em um futuro próximo. Conforme defende Caponi (2007: p. 12), a prevenção se transformou em localização e determinação de riscos, o que se refere “a soma de variáveis de dados impessoais, de fatores independentes, que podem, eventual e potencialmente, conjugar-se e produzir condutas médicas ou socialmente indesejáveis.” Assim, o risco significa uma correlação de critérios que podem ser calculados e medidos. Prevenir transforma-se em vigiar, ou melhor, antecipar acontecimentos indesejáveis em populações que são estatisticamente identificadas como portadoras de risco (CASTEL, 1984). Romani e Sepúlvega Galeas (2013) consideram que o risco é uma forma de racionalidade, um modo de tornar os eventos objetivos para poder governá-los. Neste sentido, o risco possibilita prevenir e controlar eventos, assim como o governo das populações.

O risco situa-se entre as novas técnicas de controle social, já não tão centradas em instituições de controle coercitivo, apesar de continuarem a ter importantes funções específicas, sobretudo na gestão de estimulação permanente dos desejos, por situá-los em um contexto de domínio ilimitado do mercado e de suas ideologias que justifiquem a sua posição dominante na sociedade. A partir desta ótica, destaca-se a capacidade ativa do risco nas modernas sociedades neoliberais (ROMANÍ, 2013a).

Este emaranhado jogo de relações de poder é explicado por Foucault (2002b, p. 35) como “o poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-los”. O Estado é o grande mentor de sustentação destas redes. Como reforça Silveira (2015, p. 59):

[...] Estado torna-se um campo de disputa pelo controle dos instrumentos de normalização e hierarquização dos saberes, através da concepção e reformulação de instituições como a família, a escola, o hospital e a universidade, que atuam no interior desses saberes, ordenando-os conforme critérios de objetividade estabelecidos no calor da luta cotidiana.

Silveira (2015) ainda ressalta que, de acordo com Foucault, a instituição dos dispositivos de segurança reflete a emergência de uma nova “razão de Estado”, demarcada pelo surgimento de uma relação bastante peculiar entre o poder e o saber, o governo e a ciência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interface das relações entre o poder e o saber, o governo e a ciência resulta em uma aliança que possibilita a construção de uma nova técnica de subjetivação do sujeito, cuja finalidade é transformar os sentimentos, o comportamento, o modo de pensar, em fenômenos que se referem exclusivamente ao sujeito. Se a biopolítica foucaultiana desempenhou um papel fundamental nesse sentido na modernidade tardia, vemos que no contexto do neoliberalismo emergem certos elementos que lhe conferem um caráter específico, que vale a pena sublinhar, embora não possamos entrar plenamente nele.

Nos referimos aos processos de "naturalização" de conflitos interpessoais, doenças, e inclusive muitas outras situações e atividades humanas situando sua origem no cérebro para, desse modo, escamotear suas raízes socioculturais e responsabilizar os sujeitos, como se não houvessem condicionamentos estruturais em seus comportamentos e circunscrevendo, portanto, a subjetividade a esse contexto (VIDAL; ORTEGA, 2017). Nesta lógica o sujeito é concebido como um ser cerebralizado, regido por saberes neurocientíficos e biomédicos, permeado por discursos neuroculturais, denominados por Martínez-Hernaéz (2016) de neurorrativas.

Em épocas de “neuro” parece ocorrer um grande paradoxo entre a lógica da cerebralidade e a lógica cultural. Na primeira defende-se que os comportamentos ocorrem de acordo com as localizações cerebrais, e na segunda, a cultura compreende um complexo que engloba conhecimento, crenças, leis, costumes, moral, entre outros. Entretanto, a perspectiva que privilegia o sujeito como um ser cerebralizado busca criar culturalmente

necessidades para ampliar os horizontes de consumo, fazendo com que a sociedade contemporânea busque desenfreadamente o bem-estar, melhor desempenho, maior produtividade, enfim, exigências construídas no âmago social. Esta cultura é transformada em produtos e serviços a serem vendidos no mercado (CHAUI, 2008).

O intuito é construir subjetividades de modo que seja possível governar pela lógica do risco e da segurança, ou seja, controlar a população por meio de estratégias biopolíticas que atendem as demandas do mercado. Portanto, a perspectiva cerebral promove um estado de incerteza, de instabilidade, de liquidez dos valores e das crenças, de dependência de “especialistas”, facilitando a gestão da população por meio das tecnologias de controle social, as quais fomentam o desejo do consumo por meio da despoticização do sujeito e da despolitização da vida

REFERÊNCIAS

- BECK, Ulrich. Sobre a lógica da distribuição de riqueza e da distribuição de riscos. In: Sociedade de Risco: Rumo a uma outra modernidade. 2ª São Paulo: Ed. 34, 2011.
- CAPONI, Sandra. Classificar e Mediar: a gestão biopolítica dos sofrimentos psíquicos. *Interthesis*, v.9, nº2, Jul-Dez, 2012.
- CAPONI, Sandra. Viejos y nuevos riesgos: en busca de otras protecciones. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 23(1):7-15, jan, 2007.
- CAPONI, Sandra. O DSM-V como dispositivo de segurança. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 24, nº 3, p. 741-763, Sept, 2014.
- CARVALHO, A. F. Por uma ontologia política da (d)eficiência no governo da infância. In: RESENDE, H. (Org) Michel Foucault: o governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica, p. 25-47, 2015.
- CASTEL, R. *La Inseguridad Social. ¿Qué es estar protegido?* Buenos Aires: Manantial, 2011.
- CASTEL, R. *La gestión de los riesgos*. Barcelona: Editorial Anagrama; 1984.
- CASTIEL, Luis David and ALVAREZ-DARDET, Carlos. La salud persecutoria. *Rev. Saúde Pública* [online]. São Paulo, vol.41, n.3. Epub May 15, p.461-466, 2007.
- CHAUI, M. *Cultura e democracia. Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales*. Buenos Aires: CLACSO, Año 1, no. 1

(jun. 2008), 2008.

CZERESNIA, D. Ciência, técnica e cultura: relações entre risco e práticas de saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, vol. 20, n 2, mar-abr, p. 447-455, 2004.

DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron B. Risco e cultura: um ensaio sobre a seleção de riscos tecnológicos e ambientais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

DOUGLAS, Mary. *La aceptabilidad del riesgo segun las ciencias sociales*. Barcelona [Espanha]: PAIDOS, 1996.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 23a ed. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

FOUCAULT, M. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 15a ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

GALIMBERTI, Umberto. *Psiche e techne. L'uomo nell'età della tecnica*. Roma, Feltrinelli, 1999.

MARTÍNEZ-HERNÁEZ, A. “O segredo está no interior”. A neuropolítica e a emergência das neuronarrativas no consumo de antidepressivos. In: CAPONI, S.; VÁSQUEZ, M. F.; VERDI, M. (Org). *Vigiar e medicar: estratégias de medicalização da infância*. LiberArs: São Paulo, 2016.

MENÉNDEZ EL, DI PARDO RB. La representación social negativa de los procesos de salud/enfermedad/atención en la prensa escrita. *Salud Colectiva*. 2008;4(1):9-30.

MITJAVILA, M. Medicalização, risco e controle social. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 27, n. 1, Jun. 2015.

MITJAVILA, M. O risco como recurso para a arbitragem social. *Tempo soc.*, São Paulo, 12(2):129-145, out 2002.

MITJAVILA, M.; VECINDAY, L. El enfoque de riesgo como dispositivo individualizador en el campo social. In: LORENTE, B. (org.). *Transformaciones del estado social: perspectivas sobre la intervención social en Iberoamérica*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2011.

- RABINNOW, P. Antropologia da Razão. Relume Dumará: Rio de Janeiro, 1999
- ROMANÍ, O. La reducció de riscos, entre l'experiència i els experts. QuAderns-e Institut Catalá d'Antropologia, número 18(1) pp.52-64, 2013a.
- ROMANÍ, O. Reducción de daños y control social ¿De qué estamos hablando? IN: MARTÍNEZ ORÓ, D. & PALLARÉS GOMEZ, J. De riesgos y placeres. Manual para entender las drogas. Lleida, Eds. Milenio, 2013b.
- ROMANÍ, O.; SEPÚLVEDA GALEAS, M. Conceptualización y políticas de la gestión del riesgo. IN: MARTÍNEZ ORÓ, D. & PALLARÉS GOMEZ, J. De riesgos y placeres. Manual para entender las drogas. Lleida, Eds. Milenio, 2013.
- SEPÚLVEDA GALEAS, M. Gubernamentalidad y riesgo en el campo de las drogas: cuando la chance deviene presagio”, *El Cotidiano*, 163: 55- 65, 2010.
- SILVEIRA, D. S. Governamentalidades, saberes e políticas públicas na área de Direitos Humanos da criança e do adolescente. In: RESENDE, H. (Org) Michel Foucault: o governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- SPINK, M. Trópicos do discurso sobre o risco: risco aventura como metáfora na modernidade tardia. *Cad. de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 17(6), 1277-1322, 2001.
- VEIGA-NETO, A. Teoria e método em Michel Foucault (im)possibilidades. *Cadernos de Educação*. Pelotas [34]: 83 - 94, setembro/dezembro 2009.
- VEIGA-NETO, A. Por que governar a infância? In: RESENDE, H. (Org) Michel Foucault: o governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 49-56.
- VIDAL, F; ORTEGA, F. *Being Brains. Making the Cerebral Subject*. New York, Fordham University Press, 2017.

RISK, BIOPOLYTICS AND GOVERNMENTALITY: SOCIAL CONTROL TECHNOLOGIES

Abstract: The present study aims to understand how the concept of risk has become a biopolitical strategy that compose government technologies for the management of social control in contemporary societies. The path taken to develop the study followed, mainly, the Foucaultian theorization, whose contents are related to the conception of risk, biopolitics and governmentality. We consider that the objective of the perspective that privileges the subject as a cerebralized being is to construct subjectivities so that it is possible to govern by the logic of risk and security, that is, to control the population through biopolitical strategies that meet the demands of the market. Therefore, this perspective promotes a state of uncertainty, instability, liquidity of values and beliefs, facilitating the management of the population through the technologies of social control, which foster the desire for consumption through the de-empowerment of the subject.

Key Words: Risk. Biopolitics. Governmentality. Social Control.

RIESGO, BIOPOLÍTICA Y GUBERNAMENTALIDAD: TECNOLOGÍAS DE CONTROL SOCIAL

Resumén: El presente estudio tiene como finalidad comprender cómo la concepción de riesgo se ha convertido en una estrategia biopolítica que compone las tecnologías de gobierno para la gestión del control social en las sociedades contemporáneas. El camino delineado para desarrollar el estudio siguió, principalmente, la teorización foucaultiana, cuyos contenidos están relacionados con la concepción de riesgo, biopolítica y gubernamentalidad. Consideramos que el objetivo de la perspectiva que privilegia al sujeto como un ser cerebralizado es construir subjetividades de modo que sea posible gobernar por la lógica del riesgo y de la seguridad, o sea, controlar la población por medio de estrategias biopolíticas que atienden las demandas del mercado. Por lo tanto, esta perspectiva promueve un estado de incertidumbre, de inestabilidad, de liquidez de los valores y de las creencias, facilitando la gestión de la población por medio de las tecnologías de control social, las cuales fomentan el deseo del consumo por medio de la despotencialización del sujeto.

Palabras clave: Riesgo. Biopolítica. Gubernamentalidad. Control Social.